

[Handwritten signature]

quadro. Disse ainda de sua satisfação por ter elaborado para que a Com
 Federação Brasileira de Vôlei realizasse em Cabo Frio o Torneio Internacio
 nal, entre os dias 23 e 30 de junho. Afirmou que a cidade, a solução para
 tantos problemas sociais estava sem dúvida alguma na educação enor
 porte, que não apenas o torneio Internacional de Vôlei, mas sobretudo o
 Ginásio Poliesportivo seriam marcos na história do Município. Porqu
 ele, dirigiu-se ao grupo de pessoas que estavam platéia proprietários de
 imóveis de aluguel no arrend, comunicando que a questão da sobrelota
 dos ônibus de Curitiba, havia sido postergada pelo prefeito, sensibilizado
 com os argumentos dos Senhores Vereadores e também da situação de tan
 tas famílias que tinham como fonte de renda o aluguel na alta tempora
 da. Afirmou ainda ter recebido do Senhor Prefeito o pedido de que o assun
 to, seria debatido em outra oportunidade e que os proprietários tinham tam
 bém ouvido, e assim encerrou sua fala. O senhor, depois o Tribunal, o Vere
 dor João do Santos Mendes, comunicando que na noite anterior manuse
 vira o seu site, sendo felicíssimo em ter permitido ao cidadão o acesso
 às informações quanto à Administração Pública, abrangendo a parte legal
 haja lei municipal, Estatuto e Regimento. Disse que estava disponibilizando
 para os próximos dias o Guia à Tabela das Juntas de Regulação, o que se
 refere de alta importância para a participação da população junto
 atividades dos Senhores Vereadores. Disse que toda e qualquer manuse
 ou da Administração Municipal, envolvendo o movimentação de recursos
 orçamentários, estava a disposição de todos na medida em que por dever
 legal havia encaminhado pelo Poder Executivo. Disse em procedimento
 que ainda não havia sido divulgado de acordo com o Art. 2º da Lei nº 12.527/12
 de transparência em seu site e que, em tal interesse, via internet es
 taria sendo levado a população cabo-friense por quem também deveria
 ter procedimento, disse já ter comentado como presidente, a necessidade
 de receber ter logo por registrada em papel, cópia de materiais encami
 nhados pelo Executivo, por entender ser fundamental, uma grande mais
 acessível e os procedimentos segundo do Gabinete do Senhor Prefeito e depen
 dente da Operação Legislativa. O senhor, disse que prolatava o relatório,
 colocando o relatório na mesa da Sessão da Câmara, disse que não se trata
 a realização de um Torneio de Vôlei Internacional, mas intendia que o Município

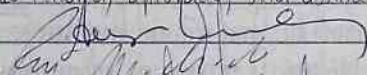
hvo tinha a respeitoabilidade de afirmar sobre o assunto, e que suas iniciativas de-
 nam a respeito dos em campo e a dimensão com a população como de muitos
 no e comunitário existia sendo ter sido levantado para o. Não em curso um tipo
 vimento de ligação para aprovação de reformas no âmbito de quatro meses mil para
 para Pontifícia Universidade de São Paulo, com vistas ao já citado Conselho de São Paulo
 Nacional. Comentou que o CBV membro de um dos esportes mais populares do Brasil
 receberia outras informações do Governo Federal, e ainda, contaria com no mesmo ex-
 mo do Fundo do Brasil de tal forma que fora surpreendido com o valor da subven-
 ção que não concedido pelo Conselho e CBV que diante de tal quadro deix-
 que não estava preparado para tal desenvolvimento e matéria inicialmente pelo
 Exaltado tentou e os seus compromissos pelo esporte coletivo, no caso o vôlei, mas
 de forma alguma estava na Câmara Municipal para trabalhar, não estudou e des-
 sumiu os materiais de trabalho, e assim na condição de diretor ficou o vôlei,
 mais do que a observação, de direção e relação de prioridade de Conselho de
 Jovens que na sua concepção de homem público montamos seria a combi-
 ção de vôlei, e que quadras, e tanto mil que levantaram materiais de
 vôlei que necessitavam de educação em prédios adequados, não em res-
 tidição obrigada para tal finalidade permitindo tal que em São Paulo, os
 para amador não era praticando pelo vôlei coletivo, e ainda por integrar um
 clube de bairro podia afirmar que apesar do momento a equipe de São Paulo
 fora aliada ao tempo do profissionalismo, os esportistas de base haviam
 sido extintos. Afirma ser fundamental a priorização do esporte amador, por-
 assim os jovens entre outros tinham atividades recreativas, uma formação para
 a educação, e assim mais uma vez podia afirmar que quadras mil não
 poderiam ter melhor aplicação. Em apoio o diretor afirmou suas negociações
 atuais, disse que a União Brasileira de Vôlei Amador, em recente encontro
 realizado na tubarão distribuiu diversas medalhas, e que haviam sido recebidas as
 pessoas jogadores como atletas. Afirma que não estava claro em São
 Paulo o que considerava extremamente positivo, na medida em que assim exemplo
 para o mundo em todo o mundo, pois que se poderiam ser proporcionados pelo
 esporte. Disse que o vôlei era referência internacional e ainda que os que
 fossem mil não envolvidos no vôlei não impediriam que a Administração
 Municipal continuasse a combater vôlei e promover os jovens jogadores de
 aproximando os atletas, reforçar-se a conversa mantida com o Senhor Presidente

Figueiredo

e com os diretores Luis Berra de Figueiredo e Alfredo Luis Vazquez Goncalves, visto que havia sido constatado a inexistência de assinatura do Senhor Prefeito na Mençagem que encaminhou ao Prefeito de São Paulo sobre subvencões para a EBI. O Senhor Vazquez, sob a direção do Sr. Berra, que chegou da Paulista e não tendo mais o apoio do Poder Executivo, no momento em que lhe faltava conteúdo de ordem legal, ou seja, a assinatura do Prefeito Municipal, e assim não poderia ser votada pelo Município, tendo inclusive o requerimento de Urquiza à seguir, teve considerações sobre o caso para o Município com relação à EBI, tendo como parâmetro o fato de que a União Brasileira de Futebol estava no Mariti, sem despesas para aquele país tão pobre, e que guardadas as devidas proporções a EBI entidade das mais ricas do país, recebendo por parte dos patrocinadores subvencões poderiam ter o mesmo procedimento em relação ao caso EBI. Concluiu sua fala afirmando que o seu ponto era baseado no pleno conhecimento dos problemas de São Paulo e na prioridade que deve vir ser conferido ao mesmo. A seguir, dispôs a tribuna o Sr. Diretor Municipal de Simões de Azevedo, afirmando inicialmente ser diretor da Câmara Municipal discutir com exatidão as questões consideradas relevantes para o bem estar comum, independente da controvérsia política e que o mesmo procedimento deve vir ser adotado a diversas entidades que chegaram ao Poder Legislativo. Não pôde ficar em consideração a decisão de que o ônus do questionamento não estava com o IPVE visto que o ônus do ponto do Hospital não foi o mesmo visto pelo lado de dentro ou pelo lado de fora, ou seja, pelo que não poderiam ser qualificados como rios. Quando, além disso, tratando os casos de Urquiza com a maior similitude, que me levou toda a abstenção de legislação, o plano das coisas que alegaram imbução no nível, o drama de alguns moradores da cidade de São Paulo, a denúncia quando o extintivo de fogo numa parada do Hospital de Emergência que finalmente dada e constatada a sua impedimento. Com relação à obrigatoriedade dos ônus de turismo determinada pelo Município, e que viria prejudicar os proprietários de imóveis afetados para o nível, restou o pronunciamento do Sr. Diretor Alfredo Luis Vazquez Goncalves, e que o problema seria discutido com a Prefeitura de todos os interessados pelo Poder Executivo. Ressaltando ainda ser pelo ônus e estabilidade do Prefeito Municipal sempre recebem os recursos e dispõem a enviar os filhos que não denunciados com fundamento e comple-

mudando, bloqueou afirmando que fora um projeto em trâmite, no que encerrava a
 falta de seguir, cumprir e tribuna o vereador Mário Rodrigues Brito, que inevitavelmente
 abreviou a questão da sobre taxa dos ônibus de turismo, prontamente do Poder Exe-
 cutivo que iria prejudicar milhares pessoas que no ato de ir em férias para a
 parada de férias tinham um complemento de renda familiar. Investigando disse que
 o movimento das pessoas envolvidas com o problema havia motivado a intervenção
 da Câmara Municipal junto ao Senhor Prefeito e assim sensibilizado determinara que
 a questão fosse resolvida em outra oportunidade e suspensa o acordo que regulamentava
 a cobrança. Investigando disse que questão do sobre taxa dos ônibus de turismo
 não devia ser tratado por Decreto, requerendo que o Governo Municipal iniciasse a
 Câmara Prefeito de lá dependo sobre a matéria, que assim seria devidamente analisada
 da Dire em prosseguimento que no Estado Democrático os projetos de interesse co-
 letivo deveriam ser discutidos amplamente e que o foro legal era o Poder Legislativo.
 Adiante, alca da importância e da repercussão positiva dos atos e manifestações
 dos Vereadores serem difundido via internet, na medida em que o meio informatizado
 de era essencial a quase todas as camadas da população e ainda, que um site no
 lado de outros Senadores não seria conveniente para o Legislativo. Encerrou sua
 fala comentando sobre projeto de lei de sua autoria dependo sobre o implanta-
 ção em Lado Rio do Parque Industrial para atividades não poluentes, considerando
 que seria um fator altamente positivo para condução da economia local e
 multiplicador de empregos não havendo mais créditos imbuídos para o uso desta
 terra, o Senhor Presidente conduziu o trabalho para o Ordem do Dia. Após debate
 foi aprovado parecer favorável da Comissão de Finanças e depois ao projeto de
 lei nº 046/2005 - 8-8 nº 016/2005. O requer, o Senhor Presidente disse que o referido
 projeto de lei 046/2005 deveria ser encaminhado para a Comissão de Finanças, Orça-
 mento e Administração, porém havia requerimento de urgência nº 076/2005 para que as
 Comissões de Finanças, Orçamento e Administração e Comissão de História local se reunis-
 sem para emitir parecer em conjunto ao estado projeto. Colocado em ordem, foi apre-
 tado o requerimento de urgência nº 076/2005, assim sendo, as Comissões técnicas cita-
 das foram se reunir para emitir parecer em conjunto ao projeto de lei nº 046/2005 -
 8-8 nº 016/2005. O requer, foi aprovado parecer favorável da Comissão de Finanças,
 Orçamento e Administração, depois ao projeto de lei nº 044/2005, projeto de
 lei nº 044/2005, que de imediato foram encaminhados pelo Senhor Presidente a
 Comissão de Educação, Cultura, para que a mesma emitisse parecer em prosseguimento

O requer foi aprovado Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 051/2005 - R. S. nº 019/2005 O requer, o Senhor Presidente disse que o referido Projeto de Lei nº 051/2005 - R. S. nº 019/2005 deveria ser encaminhado para a Comissão de Finanças, Orçamento, e Administração, porém havia requerimento de urgência nº 077/2005 para que as Comissões de Finanças, Orçamento, e Administração e a Comissão de Educação Social se reunissem para emitir parecer em conjunto ao citado Projeto Colocado em votação, foi aprovado o requerimento de urgência nº 077/2005, assim sendo, as Comissões técnicas citadas acima se reuniram para emitir parecer em conjunto ao Projeto de Lei nº 051/2005 - R. S. nº 019/2005 O requer, foi aprovado Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça nos seguintes Projetos: Projeto de Resolução nº 011/2005 e Projeto de Resolução nº 012/2005, Projeto de Resolução nº 13/2005 e Projeto de Resolução nº 014/2005 O requer, foram encaminhados para a Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei nº 052/2005 - R. S. nº 112/05 devendo a referida Comissão emitir parecer em prazo regulamentar e Projeto de Resolução nº 017/2005, também, a referida Comissão deverá emitir parecer em prazo regulamentar. Foi aprovado o requerimento de urgência nº 075/2005 para que as Comissões de Finanças, Orçamento e Administração e a Comissão de Educação Social emitissem parecer em conjunto ao Projeto de Lei nº 053/2005 - R. S. nº 20/2005 Nada mais havendo a falar, o Senhor Presidente encerra a presente sessão em nome de Deus, marcando Sessão Extraordinária para dentro de quinze minutos e, para tanto mandou que se lavasse a presente Ata, que depois dela, submetida a aprovação final, aprovada, será enviada para que produzasse seus efeitos.

✓ 
 ✓ Alexandre
 ✓ Alexandre

Ata de Segunda Sessão
 Extraordinária do Município de
 Arapituba de Arapituba de Arapituba
 de Arapituba, realizada no dia
 21 (vinte e um) de julho do ano
 de 2005 (dois mil e cinco).

Os vinte e um dias do dia 21 (vinte
 e um) de julho do ano de 2005 (dois mil e cinco) sob a Presidência do Senhor